

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER
EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ
EXERCÍCIO DE 2021**

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2021.

I- Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município:

Principais indicadores Financeiros e Econômicos:

1)	Liquidez Financeira	<u>Ativo Financeiro (exceto RPPS)</u> Passivo Financeiro	<u>6.782.683,86</u> 1.038.421,92	6,53
2)	Liquidez Corrente	<u>AC – Estoque – Desp. Antecipadas</u> Passivo Circulante	<u>7.061.677,91</u> 1.592.670,11	4,43
3)	% Despesa Corrente sobre Receita Corrente	<u>Despesas Correntes</u> Receitas Correntes (exceto Convênios, Intra, Contr. RPPS)	<u>25.659.988,72</u> 23.872.615,48	1,07
4)	% Evolução do Patrimônio Líquido	<u>PL Final</u> PPL Inicial	<u>35.153.327,12</u> 32.346.462,47	1,09

1 – Liquidez Financeira: O cálculo apurado demonstra um índice de 6,53 o que significa que para cada R\$ 1,00 de contas a pagar o município possui R\$ 6,53 disponível em caixa.

2 – Liquidez corrente: O cálculo apurado demonstra um índice de 4,43 o que significa que para cada R\$ 1,00 de dívida total o município possui R\$ 4,43 de contas a receber.

3 - % despesa corrente s/ receita corrente: O cálculo apurado demonstra um índice de 1,07 o que significa que para cada R\$ 1,00 de receita corrente o município gastou R\$ 1,07 em despesas de custeio.

4 - Evolução do Patrimônio Líquido: O cálculo apurado demonstra um índice de 1,09 o que significa que o patrimônio líquido do município apresentou um aumento de 9% no presente exercício.

b) Análise sobre a situação administrativa

Política de RH:

O controle de ponto dos servidores é efetuado através de relógio ponto eletrônico, exceto os servidores da Secretaria da Educação, que ainda registram o ponto de forma manual em livro próprio.

Não há política planejada em treinamentos implantada, ocorrendo os mesmos de forma individual, sempre com fundamento em necessidades imediatas detectadas em cada setor, com inserção dos servidores em capacitações promovidas pelos departamentos, sendo comum participação dos servidores professores, motoristas, merendeiras, contador, agente de controle interno, em cursos e aperfeiçoamentos ministrados pela AMAVI, EGEM, FECAM e TCE.

As avaliações de desempenho estão sendo feitas de forma rotineira, utilizando-se um Sistema Informatizado para facilitar os trâmites.

No exercício de 2021, não foram efetuadas alterações no Estatuto dos Servidores Públicos de Imbuia.

Condições de trabalho:

O material de trabalho, como mobiliário, infraestrutura de tecnologia (redes, internet, servidores) encontra-se em bom estado, fornecendo aos servidores condições adequadas de trabalho.

Os servidores do Município de Imbuia são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) sob o regime estatutário.

Os programas **PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, são atualizados anualmente, o **PPP** – Perfil Profissiográfico Previdenciário, é atualizado anualmente e é entregue ao servidor quando da exoneração. Quando ocorre o **CAT** – Comunicação de acidente de trabalho, seu envio ocorre no dia seguinte ao acidente.

Governança em tecnologia da informação:

O parque tecnológico vem sofrendo com a desatualização dos equipamentos, e face as dificuldades econômicas enfrentadas pelos Municípios, não é renovado de forma adequada. Os sistemas de informação utilizados são eficientes, no entanto se encontram dificuldades pela falta de integração dos mesmos. A segurança das informações, é efetuada de forma precária, limitando-se ao backup dos dados diariamente.

c) Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais

O Município vem cumprindo os limites mínimos exigidos nas aplicações de recursos na área da educação e saúde, bem como mantém ações efetivas junto a área social e meio ambiente do Município, no entanto não tem indicadores que possam refletir a atuação do governo perante à sociedade.

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e de cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites quando for o caso:

Limites	Valores	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal	12.487.599,78	60,00	49,64	10,36
Poder Executivo	11.854.859,27	54,00	47,12	6,88
Poder Legislativo	632.740,51	6,00	2,52	3,48
Dívida Consolidada Líquida	0,00	120,00	0,00	120,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária e Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Por antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

Os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 31/12/2021 se encontravam dentro dos limites estabelecidos.

ESPECIFICAÇÃO	2021		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	25.000.000,00	25.659.988,72	659.988,72
Receitas Primárias (I)	22.901.000,00	26.994.311,16	4.093.311,16
Despesa Total	25.000.000,00	23.872.615,48	-1.127.384,52
Despesas Primárias (II)	24.998.000,00	27.466.524,66	2.468.524,66
Resultado Primário (III) = (I – II)	-2.097.000,00	-417.250,60	-1.679.749,40
Resultado Nominal	2.001.000,00	-311.316,49	2.312.316,49
Dívida Pública Consolidada	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.600.000,00	-5.806.195,07	-7.406.195,07

X - Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos Arts. 198 e 212 da Constituição Federal e artigo 60 do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 23,45% da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 26,27% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Os recursos recebidos a título de FUNDEB pelo Município no exercício de 2021, foram aplicados rigorosamente em despesas com a remuneração de profissionais do magistério da educação básica, assim como nas demais despesas inerentes à educação básica do Município, em atendimento à Lei nº 11.494/2007 e demais legislações pertinentes.

Do montante de R\$ 4.100.795,74 recebidos no exercício de 2021, foram aplicados R\$ 3.320.810,34 no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, que totaliza 80,98% do total.

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVII)

Exercício: 2021

Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Data da Assinatura	Valor previsto para o Convênio	Valor Previsto para o Exercício	Valor recebido em 2021	Valor a receber	Despesas Realizadas em 2021	Restos a pagar decorrentes do Convênio
Federal (Plataforma + Brasil)	FUNASA	839355/2016	30/12/2016	291.603,39	291.603,39	0,00	291.603,39	0,00	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério do Desenvolvimento Regional	845987/2017	30/11/2017	245.850,00	0,00 (recebido em 2019 e 2020)	0,00	0,00	61.487,17 (restante do valor foi pago em 2019 e 2020)	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério do Desenvolvimento Regional	896692/2019	31/12/2019	238.750,00	0,00 (recebido em 2020)	0,00	0,00	157.937,75 (restante do valor foi pago em 2020)	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	887493/2019	31/12/2019	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	897351/2019	31/12/2019	100.000,00	100.000,00	0,00	1000.000,00	0,00	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	902927/2020	31/12/2020	143.250,00	143.250,00	0,00	143.250,00	0,00	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	914162/2021	30/12/2021	124.150,00	124.150,00	0,00	124.150,00	0,00	0,00
Federal (SIGTV)	Ministério do Desenvolvimento Regional	420740320200001	15/05/2020	80.000,00	0,00	0,00 (recebemos em 2020)	0,00	80.000,00	0,00

Federal (GOV.BR)	Ministério da Economia	0903-003229	20/05/2020	300.000,00	0,00	0,00 (recebemos em 2020)	0,00	300.000,00	0,00
Federal (GOV.BR)	Ministério da Economia	0903-004498	20/05/2020	150.000,00	0,00	0,00 (recebemos em 2020)	0,00	150.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4014182/02-100	21/07/2021	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3833452/02-100	15/06/2021	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3816882/02-100	14/06/2021	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3608042/02-100	24/05/2021	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3607992/02-100	24/05/2021	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3607942/02-100	24/05/2021	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual (SIGEF)	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	2020TR1219	13/08/2020	249.978,66	249.978,66	249.978,66	0,00	249.978,66	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Lei 18.055 de 29/12/2020 - LOA 2021 SC - Emenda 1511	29/12/2020	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Lei 18.055 de 29/12/2020 - LOA 2021 SC - Emenda 1514	29/12/2020	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Lei 18.055 de 29/12/2020 - LOA 2021 SC - Emenda 1614	29/12/2020	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Lei 18.055 de 29/12/2020 - LOA 2021 SC - Emenda 2238	29/12/2020	150.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Lei 18.055 de 29/12/2020 - LOA 2021 SC - Emenda 2241	29/12/2020	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Portaria 384/2021/SEF SCC17859/2021/S ED	21/09/2021	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Portaria 489/2021/SEF SCC18819/2021/S AR	31/11/2021	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Portaria 463/2021/SEF SCC11133/2021/S ES	17/11/2021	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Portaria 531/2021/SEF SCC21179/2021/S AR	29/12/2021	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Portaria 531/2021/SEF SCC24692/2021/SI E	29/12/2021	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Com o advento da pandemia da Covid-19, e com o consequente estado de emergência de saúde pública decretada pelos entes políticos em meados de março de 2020, o Município de Imbuia, no decorrer do exercício 2021, teve os seguintes reflexos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA:

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021		
Valor Total Empenhado	Valor Total Liquidado	Valor Total Pago
1.840,00	0,00	0,00

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021							
DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	HISTÓRICO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	VALOR DO EMPENHO	VALOR LIQUIDADO R\$	VALOR PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$
09/03/2021	681	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 80 UNIDADES DE LYSOFORM AEROSOL SPRAY, PARA USO NOS VEÍCULOS DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR, EM VIRTUDE DO COMBATE A PANDEMIA COVID-19. (Compra Direta Nº 174/2021)	MAICON RICARDO DA SILVA 05056622990	R\$ 1.840,00	-	-	-

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 25/02/2022):

<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/16113>

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBUIA:

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021		
Valor Total Empenhado	Valor Total Liquidado	Valor Total Pago
58.468,10	58.393,40	58.393,40

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021							
DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	HISTÓRICO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	VALOR DO EMPENHO	VALOR LIQUIDADO R\$	VALOR PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$
1	32	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA CONFECCAO DE 500 UN PANFLETO EM PAPEL SULFITE 10X15CM PARA USO NA CAMPANHA DE PREVENCAO A PANDEMIA COVID 19.	PRINT PROPAGANDA LTDA	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 0,00
21/01/2021	59	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISICAO DE 10 UN TAPETE DRYFEET 90X60CM, 05 UN TAPETE DRYFEET 60X40CM, 10 UN PATETE SANITIZANTE 8X50CM E 10 UN TAPETE SANITIZANTE 60X40CM PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO CF "Diário Oficial da União, PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino."	FRANCIELE PETRYKOWSKI DE LIMA	R\$ 2.915,00	R\$ 2.915,00	R\$ 2.915,00	R\$ 0,00
21/01/2021	58	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISICAO DE 12 UN TOTEM PARA ALCCOL EM GEL PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO CF "Diário Oficial da União, PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino."	FRANCIELE PETRYKOWSKI DE LIMA	R\$ 5.268,00	R\$ 5.268,00	R\$ 5.268,00	R\$ 0,00
21/01/2021	61	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISICAO DE 22 UN DISPENSER DE ALCOOL GEL PARA USO NOS ONIBUS DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO CF "Diário Oficial da União, PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino."	MARCOPOLO SA	R\$ 2.134,00	R\$ 2.134,00	R\$ 2.134,00	R\$ 0,00
21/01/2021	63	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA CONFECCAO DE 2.000 UN MATERIAL INFORMATIVO EM PAPEL DUPLEX 250G TAM. 12X9CM, IMPRESSAO 4X0COM DUAS ETIQUETAS DE IMA DE GELADEIRA NO VERSO PARA DISTRIBUICAO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE REF. A CAMPANHA DE PREVENCAO A PANDEMIA COVID 19.	IMPREGRAF IND. E COM.DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA.	R\$ 980,00	R\$ 980,00	R\$ 980,00	R\$ 0,00
21/01/2021	60	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISICAO DE 30 UN TERMOMETRO DIGITAL INFRA VERMELHO PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO CF "Diário Oficial da União, PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino."	A.M.C. COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	R\$ 5.394,00	R\$ 5.394,00	R\$ 5.394,00	R\$ 0,00
03/02/2021	126	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISICAO DE 150 FRs ALCOOL HOSPITALAR LIQUIDO 70% 100ML PARA USO NO CURSO DE CAPACITACAO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCACAO SOBRE A PREVENCAO DA PANDEMIA COVID 19 NA VOLTA DAS AULAS ATRAVES DA VIGILANCIA SANITARIA.	MAYCON WILL EIRELI	R\$ 225,00	R\$ 225,00	R\$ 225,00	R\$ 0,00
03/02/2021	112	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTACAO DE SERVICO DE 02 EXAMES DE COVID-19 - DETECCAO DE ANTIGENO NOS PACIENTES ANDRE DE FARIAS RAMOS E JULIANE SCHEIDT.	LABORATORIO CLINICO BIOPLANALISE	R\$ 340,00	R\$ 340,00	R\$ 340,00	R\$ 0,00
26/02/2021	259	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISICAO DE 240 un alcool 70° 01lt para PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL REF. A PANDEMIA COVID-19 CF. "Diário Oficial da União, PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 1.022,40	R\$ 1.022,40	R\$ 1.022,40	R\$ 0,00

		para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino."					
26/02/2021	249	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 90 UN TESTE RAPIDO DO COVID 19 IGG/IGM PARA TESTAGEM DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E SECRETARIA DE OBRAS.	QUALLYX PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	R\$ 8.370,00	R\$ 8.370,00	R\$ 8.370,00	R\$ 0,00
26/02/2021	250	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 10 UN TESTE RAPIDO DO COVID 19 IGG/IGM PARA TESTAGEM DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E SECRETARIA DE OBRAS. - COMPLEMENTAR A AF N°96/21	QUALLYX PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	R\$ 930,00	R\$ 930,00	R\$ 930,00	R\$ 0,00
26/02/2021	251	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 50 UN LYSOFORM AEROSOL SPRAY PARA USO NOS VEICULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E UNIDADE HOSPITALAR NA HIGIENIZAÇÃO NO COMBATE DA PANDEMIA COVID 19.	MAICON RICARDO DA SILVA 05056622990	R\$ 1.345,00	R\$ 1.345,00	R\$ 1.345,00	R\$ 0,00
05/03/2021	284	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 03 EXAMES DE COVID-19 - DETECÇÃO DE ANTIGENO.	LABORATORIO CLINICO BIOPLANALISE	R\$ 510,00	R\$ 510,00	R\$ 510,00	R\$ 0,00
19/03/2021	342	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO EM COMBATE A PANDEMIA COVID-19.	PAULO CESAR MARTINS ME	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00
12/04/2021	444	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO EM COMBATE A PANDEMIA COVID-19.	PAULO CESAR MARTINS ME	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 0,00
26/04/2021	479	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALUGUEL DE 03 UN TENDAS 05x05mts DURANTE 4 MESES, PARA USO NA UNIDADE HOSPITALAR, REF. COMBATE A PANDEMIA COVID-19.	ANILDO HASSE	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00
30/04/2021	513	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 03 cxs TESTE RAPIDO DO COVID-19 PARA USO NOS PACIENTES SINTOMATICOS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE.	NGD COMERCIO - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI	R\$ 74,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74,70
06/05/2021	522	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 06 EXAMES DE COVID-19 - DETECÇÃO DE ANTIGENO NO COMBATE DA PANDEMIA COVID 19.	LABORATORIO CLINICO BIOPLANALISE	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
14/05/2021	564	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 100 UN TESTE RAPIDO DO COVID-19 PARA USO NOS PACIENTES SINTOMATICOS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE.	NGD COMERCIO - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI	R\$ 2.490,00	R\$ 2.490,00	R\$ 2.490,00	R\$ 0,00
21/05/2021	579	PELA DESPESA EMPENHADA proveniente da aquisição de 02 un cama hospitalar alfrs 1,90x0,90x065, 03 un poltrona acompanhante alfrs e 02 un abraçadeira para injeção estofada alfrs 80cmx115cm para uso na unidade hospitalar. - obs: plano de contingenciamento da covid 19,por intermedio da portaria MS 1.797/2020 e portaria 1.445/2020.	ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI	R\$ 11.780,00	R\$ 11.780,00	R\$ 11.780,00	R\$ 0,00
14/06/2021	668	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 11 EXAMES DE COVID-19 - DETECÇÃO DE ANTIGENO NO COMBATE DA PANDEMIA COVID 19.	ADRIANO NETO ABREU EIRELI	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00	R\$ 0,00
27/07/2021	882	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA CONFEÇÃO DE 15 UN BANNER 0,60X0,70CM PARA USO NA CAMPANHA DE PREVENÇÃO REF. A PANDEMIA COVID-19.	PRINT PROPAGANDA LTDA	R\$ 540,00	R\$ 540,00	R\$ 540,00	R\$ 0,00

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 25/02/2022):
<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/16113>

PROCESSOS LICITATÓRIOS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021							
Ano do processo	Número da licitação	Data de publicação	Objeto	Modalidade	Tipo do objeto	Forma de julgamento	Situação
			Nada a relatar.				

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 25/02/2022):
<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/15993>

RECEITAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021

Data da receita	Rubrica da natureza da receita	Categoria econômica	Origem da receita	Especie da receita	Descrição da natureza da receita	Valor arrecadado da receita no período R\$
11/03/2021	417180391000000	Receitas Correntes	Transferências Correntes	Transferências da União e de suas Entidades	Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - P	R\$ 180.000,00
18/05/2021	417180391000000	Receitas Correntes	Transferências Correntes	Transferências da União e de suas Entidades	Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - P	R\$ 50.836,96
20/05/2021	417180391000000	Receitas Correntes	Transferências Correntes	Transferências da União e de suas Entidades	Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - P	R\$ 60.000,00

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 25/02/2022):
<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/15951>

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

2017

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010(item 7, Quadro 20).

Quanto ao item 9.1.1, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

2018

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (fls. 2 - 3 dos autos).

Quanto ao item 9.1.1, foi alertado verbalmente o Prefeito Municipal e Contador à época, quanto a remessa dos dados da Prestação de Contas do Prefeito.

9.1.2 Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro nas Fontes de Recursos FR 01, 18 e 62 com os respectivos saldos devedores de R\$ 3.120,67, R\$ 22.334,27 e R\$ 2.422,22, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recurso).

Quanto ao item 9.1.2, foi alertado verbalmente o Contador à época, quanto a contabilização das fontes de recursos de forma indevida.

2019**9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL**

9.2.1 Disponibilidades Financeiras Vinculadas (Outras transferências da União no valor de R\$ 387.711,71) com indicativo de especificação de Fonte de Recurso 34 (Documento 5, Anexo deste Relatório), quando deveriam estar registradas na Fonte de Recursos 50 - Cessão Onerosa – pré-sal, conforme Tabela da Destinação da Receita Pública – aplicável ao exercício de 2019, disponível no Sistema e-Sfinge Captura – tabela de download 2019, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c o art. 8º parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, fls. 41 dos autos).

9.2.2 Aplicação parcial no valor de R\$ 96.899,84, no primeiro trimestre de 2019, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 116.560,95, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

9.2.3 Registro indevido de Obrigações do Passivo Financeiro com saldo devedor nas Fontes de Recursos 01 (R\$ 3.169,57), FR 18 (R\$ 22.544,26) e FR 62 (R\$ 2.422,22), em desacordo com o que estabelece o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice -Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).

Quanto ao item 9.2.1, 9.2.2. e 9.2.3. , foi alertado verbalmente o Contador à época, quanto a contabilização das fontes de recursos de forma indevida e atenção para apuração correta do valor remanescente do FUNDEB do exercício anterior.

XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Foi efetuado o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Imbuia, no período de 2021, sendo o mesmo concluído em outubro de 2021, pela Comissão Coordenadora e Equipe Técnica.

Conclui-se que a maior dificuldade foi não ter o minicenso municipal, pois, os dados apresentados pelo INEP 2014/2016 são divergentes dos dados que representam a situação atual do município.

Outra dificuldade encontrada pela equipe e comissão, é o fato de não ter como interferir em questões pedagógicas da rede estadual, o que faz que, alguns dos índices se apresentam abaixo da média fazendo com que o município seja prejudicado.

Da mesma forma foram atualizadas as medidas de avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014.

XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Não foi apurada nenhuma informação pendente.

IMBUIA (SC), 25 de fevereiro de 2022.

SÉRGIO FRANCISCO CAPISTRANO
Controlador Interno